



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

**PROCESSO: TC-6504.989.23-7**

**MUNICÍPIO: IGARAPAVA**

**INTERESSADO: JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR**

**EXERCÍCIO: 2020**

**MATÉRIA EM ANÁLISE: PEDIDO DE REEXAME**

Senhora Assessora Procuradora-Chefe,

Em análise o pedido de reexame interposto pelo responsável da gestão administrativa da Prefeitura Municipal de Igarapava durante o exercício de 2020.

O Parecer emanado pela E. Primeira Câmara foi pela emissão de parecer desfavorável à aprovação das Contas Municipais relativa ao exercício de 2020, em sessão de 29/11/2022. (processo eTC 3107.989.20-4)

A R. Decisão combatida considerou quanto à área de atuação desta Assessoria: os aportes ao RPPS não efetuados ”.

Em atenção ao determinado no evento 11.1 passo a me manifestar:

Numa breve síntese, as razões apresentadas pela defesa para o pedido de Reexame são as seguintes:.

- Quanto ao não recolhimento dos aportes financeiros das competências de março a dezembro/2020 para o Instituto de Previdência de Igarapava na importância de R\$ 6.148.557,50, estava amparada no art. 9º, parágrafo 2º da Lei Complementar 173/2020, bem como da Portaria Ministerial 14.816/2020. Salienta também que foi editada a Lei Municipal de 925 de 29/12/2020.
- Contrariedade ao princípio da Anualidade, por ter sopesado para a emissão de parecer desfavorável, o termo de acordo de parcelamento efetuado no início de 2022, relativo a aportes para amortização do déficit atuarial do RPPS relativo ao exercício de 2021.
- Quitadas as obrigações relativas às contribuições devidas ao INSS e ao RPPS de todas as competências do exercício, bem como todos os parcelamentos que se encontravam em curso em 2020, incluindo um parcelamento que havia ficado por 06 anos, antes do início da gestão do recorrente, abandonado sem pagamento.

A Gestão não tinha previsão de quando terminaria a pandemia e incerteza se seria concedido socorro financeiro pela União, conforme foi concedido em 2020.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Após leitura da defesa apresentada, observa-se, s.m.j, que os argumentos apresentados, bem como a documentação juntada evento 1.1/1.4.1<sup>1</sup> não são suficientes para reverter o parecer desfavorável.

Explico

A r. decisão combatida considerou a edição da Lei Municipal 925, de 29/12/2020, que autorizava a suspensão do pagamento dos aportes mensais (importância de R\$ 6.148.557,50), bem como do termo de acordo de parcelamento 423/2021, celebrado em 05/02/21, que parcelou o montante de R\$ 6.662.452,40, em 48 parcelas mensais.

A r. decisão também mencionou o eTC 7090.989.20-3, relativa às contas do exercício de 2021, na qual a Prefeitura de Igarapava deixou de repassar a importância, a título de aportes, no valor de R\$ 2.427.930,13 ao RPPS, e que gerou um novo termo de parcelamento, o acordo CadPrev 42/2022 com base na Lei 997 de dezembro de 2021, para pagamento da quantia em 36 parcelas mensais.

Por fim em consulta ao relatório da fiscalização do 2º quadrimestre da Prefeitura de Igarapava relativo às contas do Exercício de 2022, eTC 4137.989.22-4 (evento 37.14), com relação ao pagamento dos aportes do déficit atuarial observa-se que foi empenhado e liquidado os meses de janeiro a junho, e foi recolhida mensalmente a importância de R\$ 708.145,71 nos 5 meses iniciais, com base no Decreto Municipal 2.525/2021, enquanto o repasse no mês de junho foi no montante de R\$ 496.551,03 com base no Decreto Municipal nº 2.605/2022, reduzindo a importância a ser paga. Demonstrando a dificuldade da Prefeitura em adimplir com os compromissos para a cobertura do déficit atuarial.

É importante observar o trecho extraído do Voto do E. Conselheiro Relator *“Tal conduta, diante do montante de todos os parcelamentos assinalados, acaba por impactar o equilíbrio financeiro atuarial de seu regime previdenciário, colocando em risco a sua sustentabilidade, em prejuízo de seus segurados.”*

O Manual de Gestão Financeira dos Municípios (ed. 2022, p.55) diz que o não recolhimento previdenciário no exercício já é causa para emissão de parecer desfavorável, bem como alerta que não recolhimento no ano da sua competência, faz aumentar a dívida municipal o que no futuro pode comprometer programas sociais.

A falta de pagamento dos aportes para amortização do déficit atuarial é conduta reincidente realizada pela gestão do Município de Igarapava, conforme se extrai dos eTC 3107.989.20-4 (exercício 2020) e eTC 7090.989.20-3 (exercício 2021), bem como a realização do procedimento de parcelamento dos débitos previdenciários, conforme se verifica com os Termo de Acordo realizados acima mencionados.

<sup>1</sup> A documentação juntada demonstra o pagamento das parcelas dos Termos de acordo de parcelamento 392/11 e 423/21, e o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP (emitido conforme decisão judicial)



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Jurisprudência desta Corte tem mantido a emissão de parecer desfavorável diante do não recolhimento dos aportes para a amortização do déficit atuarial, bem como os sucessivos parcelamentos conforme os eTCs 6687.989.22-8<sup>2</sup> e 7305.989.20-4<sup>3</sup>.

Diante do exposto, quanto à área de atuação desta Assessoria, opino pelo não provimento do pedido, com a consequente manutenção do parecer recorrido.

À apreciação de Vossa Senhoria.

21/06/23

Charlye Roberto Clemente  
Assessoria Técnica

<sup>2</sup> Pedido de Reexame – Contas Anuais Prefeitura de Ituverava relativa ao Exercício de 2019 – Negaram Provimento Tribunal Pleno – sessão de 05/10/2022

<sup>3</sup> Contas da Prefeitura do Município de Marília relativa ao exercício de 2021 – Parecer Desfavorável - 1ª Câmara - sessão de 23/05/2023